

# FALÁCIAS DO “DESTINO CRÍSTICO”: O MITO DE OURIQUE (1139) E AS RESPOSTAS ANTICLERICAIS DE ALEXANDRE HERCULANO (1810-1877)

**FALLACIES OF THE “CHRISTIC DESTINY”: THE MYTH OF OURIQUE (1139) AND THE ANTICLERICAL ANSWERS OF ALEXANDRE HERCULANO (1810-1877)**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v16i31p147-172>

Eduardo Soczek Mendes<sup>1</sup>

## RESUMO

As tentativas de uma investigação científica da História, tema muito caro ao século XIX, foram levadas a cabo, em Portugal, por Alexandre Herculano (1810-1877), que, em 1846, iniciou a publicação de *História de Portugal*. Contudo, a obra gerou descontentamento, principalmente de setores reacionários do clero luso e, em 1850, irrompeu na denominada *Polêmica de Ourique*: Herculano remeteu cartas públicas ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Guilherme Henriques de Carvalho (1793-1857), bem como ao redator do periódico católico *A Nação* e a um escritor e oficial do Exército Português, defensor do Absolutismo, António Lúcio Maggessi Tavares (1806-1877). Há, ainda, uma missiva pessoal ao padre Francisco Recreio (1800-1857), que não fora coligida pelo

## ABSTRACT

*Attempts at a scientific investigation of history, a subject very dear to the 19th century, were carried out in Portugal by Alexandre Herculano (1810-1877) who, in 1846, began publishing História de Portugal. However, the work generated dissatisfaction, mainly from reactionary sectors of the Portuguese clergy and, in 1850, it erupted in the so-called Polemic of Ourique: Herculano sent public letters to the Cardinal-Patriarch of Lisbon, D. Guilherme Henriques de Carvalho (1793-1857), as well as to the editor of the Catholic periodical A Nação and to a writer and officer of the Portuguese Army, defender of Absolutism, António Lúcio Maggessi Tavares (1806-1877). There is also a personal missive to Father*

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

autor nos opúsculos publicados posteriormente. Essas mensagens se originam porque o historiador omitiu propositalmente em sua obra o mito de Ourique, segundo o qual Cristo teria, milagrosamente, aparecido ao primeiro rei lusitano, D. Afonso Henriques (1109?-1185), antes da peleja contra os mouros – a Batalha de Ourique (25 de Julho de 1139) – e, dessa forma, com a vitória cristã, o Portugal medieval teria sido fundado “pela vontade de Deus” e com um “destino crístico”, ou seja, de um predileto ungido. Sob as propostas de Eduardo Lourenço, a quem rendemos homenagem neste ano de seu centenário, mas também de Ana Isabel Buescu e de Luís Machado de Abreu, analisaremos, neste estudo, o significado da crença no milagre medieval para o período oitocentista e os discursos das correspondências de Herculano em meio à polêmica. Verificaremos, sobretudo, o teor da missiva ao arcebispo de Lisboa e a carta ao padre Recreio, bem como o seu conteúdo anticlerical.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Alexandre Herculano; Mito de Ourique;  
Polêmica; Anticlericalismo.

*Francisco Recreio (1800-1857), which was not collected by the author in the booklets published later. These messages originate because the historian purposely omitted in his work the myth of Ourique, according to which Christ would have miraculously appeared to the first Lusitanian king, D. Afonso Henriques (1109?-1185), before the battle against the Moors – the Battle of Ourique (July 25, 1139) – and thus, with the Christian victory, medieval Portugal would have been founded “by the will of God” and with a “Christic destiny”, that is, of an anointed favorite. Under the proposals of Eduardo Lourenço, to whom we pay homage in this year of his centenary, but also of Ana Isabel Buescu and Luís Machado de Abreu, we will analyze, in this study, the meaning of the belief in the medieval miracle for the 19th century period and the speeches of the correspondence from Herculano in the midst of controversy. We will verify, above all, the content of the missive to the archbishop of Lisbon and the letter to Father Recreio, as well as its anticlerical content.*

### **KEYWORDS**

*Alexandre Herculano; Myth of Ourique;  
Controversy; Anticlericalism.*

## **INTRODUÇÃO**

Na tradição de alguns povos, é comum que, em momentos de crise, se acentue a referência aos mitos fundantes ou às narrativas e às personagens messiânicas. Em outras palavras: em períodos de intempéries políticas, popularizam-se as ideias de que alguém, sozinho, poderia redimir todo um povo ou que tal porção de pessoas teria a garantia divina para existir. Recentemente, guardadas as devidas proporções, é possível entrever fenômenos análogos em muitas das democracias ocidentais, inclusive no Brasil: recorre-se, por exemplo, ao transcendente ou tentam-se explicar as ocorrências históricas, políticas, naturais ou sociais imputando-as como feitos de uma “mão divina”, principalmente quando se é extremamente

laborioso pensar em meio às dificuldades, que conclamam a alternativas concretas para a resolução.

Alexandre Herculano (1810-1877), ficcionista e historiador português, foi um dos intelectuais que chamaram a atenção contra uma dessas mitificações do passado em um momento de grande instabilidade de Portugal – o século XIX. O autor, igualmente, não se furtou ao debate, ao argumentar e embasar o seu ponto de vista. Para Herculano, era necessário “colocar os pés no chão”, revisitar e revisar a escrita de uma História nacional ainda imbuída de um mito fundante. Em suma: era preciso dar cientificidade à História para que não se recorresse a subterfúgios fantasiosos e, por conseguinte, não se deixasse levar pela crença de que Portugal era uma “nação eleita” por Deus, o que gerava certo conformismo e comodismo em relação às crises oitocentistas. O autor demonstra-se, dessa forma, atento ao avanço do estudo da História como ciência na Europa: lembremos que Jules Michelet (1798-1874), pesquisador francês, é contemporâneo de Herculano, e que publicou, entre 1833 e 1840, *Histoire de France*, na qual já pensava o ser humano como o grande agente histórico.

Todavia, no que se refere às controvérsias em Portugal, referimo-nos, obviamente, à polêmica de Ourique, em que, em 1850, Herculano esteve envolvido e redigiu importantes missivas, a fim de explicar o seu ponto de vista sobre a narrativa do milagre medieval e sobre o Portugal na instabilidade oitocentista. Vejamos, por exemplo, como o historiador justifica, em *Eu e o clero* – missiva da qual trataremos ao longo deste trabalho –, a não existência do milagre imputado à Idade Média:

A afirmativa de que no volume 51 da *Symmitica Lusitana* se encontra trasladada uma cópia do instrumento da aparição, coeva de Afonso I, É MENTIRA.

O texto de S. Bernardo, relativo à mesma aparição, que se encontra inserido no Breviário, no ofício das Chagas, É FALSO.

Se algum dos reverendos cerzidores sabe latim (é lícito duvidar disso com a igreja, que manifestou a sua hesitação a este respeito, mandando acentuar as palavras dos livros rituais com temor das silabadas) que venha à Biblioteca Real, e aí, no volume 51 da *Symmitica*, à página 128, lerá ou soletrará as seguintes palavras escritas na língua latina, por baixo do traslado do instrumento da aparição, nota escrita pela mesma letra do copista = *Brandão, Monarchia Lusitana, Parte 3.<sup>a</sup>, página 127. Extraído de*

*um codice que o auctor viu em Lisboa. Eis em que consiste o traslado da cópia coeva* (Herculano, 1850, p. 14-15, grifo no original)<sup>1</sup>.

As declarações de Herculano, no trecho supratranscrito, são de suma importância para entendermos como o escritor percebe, *grosso modo*, a verificação de um fato: era preciso ir aos manuscritos originais, averiguar as possibilidades, questionar e levantar hipóteses. Em suma: na carta ao arcebispo de Lisboa, o historiador fornece, inclusive, a fonte – com referências à biblioteca, ao texto, ao capítulo e à página – na qual estaria relatado o mito: há, portanto, uma linguagem técnica e, ao mesmo tempo, a indicação de que a obra não é coeva aos acontecimentos na Idade Média.

Mas pensemos os motivos para a tal controvérsia. Recordemos, primeiramente, que, em 1846, o historiador iniciou a publicação de *História de Portugal* – um estudo que versa sobre as origens do reino e da monarquia lusitanos e recobre até o período de D. Afonso III (1210-1279). Nessa obra, contudo, Herculano omitiu o milagroso aparecimento de Cristo ao primeiro monarca português, D. Afonso Henriques (1109?-1185), na Batalha de Ourique, travada contra os muçulmanos, que ocupavam parte da Península Ibérica, a 25 de Julho de 1139. Justificou, então, o autor, em sua advertência à obra, nos seguintes termos:

Quanto a sucessos maravilhosos, a tradições embusteiras ataviadas para bem parecerem ao vulgo, não as busquem neste livro os que, movidos por um falso pundonor nacional, seriam capazes de tomar por matéria histórica as lendas das Mil e Uma Noites, se lá encontrassem alguma que lhes lisongeasse o apetite.

É, sem dúvida, custoso ver desfazerem-se em fumo crenças arreigadas por séculos, a cuja inspiração nossos avós deveram, em parte, o esforço e a confiança na providência em meio dos grandes riscos da pátria; crenças inventadas, talvez, para espertar os ânimos abatidos em circunstâncias difíceis. Sei isto, mas também sei, que a ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e que se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza. [...]

Muitas destas refutações, já o prevejo, não de estribar-se na opinião de historiadores, e antiquários, *eruditos, ilustres, gravíssimos, profundos*, e com todas as mais qualificações, que se costumam agregar ao nome de qualquer escritor moderno, quando, na falta de monumentos ou diplomas legítimos, se querem sustentar opiniões absurdas ou

---

<sup>1</sup> As transcrições serão atualizadas conforme o Acordo Ortográfico de 1990, conservando as formas portuguesa e brasileira, conforme o local de publicação dos textos.

infundadas. [...] A discussão entre nós fora impossível; porque seguimos caminhos diversos. Eles tratam a história como uma questão de partido literário; eu apenas a considero como matéria de ciência (Herculano, 19-- , p. 21-22, grifos no original).

O que Herculano refere na advertência, do que denominou como a “primeira tentativa de uma história crítica de Portugal” (Herculano, 19--, p. 24), é que o caminho que percorreria na obra não teria espaço para as lendas – comparadas às de *Mil e uma noites* pelo historiador – pois, o seu percurso era científico em *História de Portugal*. Em outras palavras: trabalharia com o que era verificável. Porém, já entrevia os possíveis protestos – todos, segundo a ironia do autor, embasados em doutíssimos antiquários e em outra sorte de documentos – que Herculano refuta antes de serem proferidos. Por fim, chamamos a atenção de como ele busca se distanciar dos seus discordantes: estão, de acordo com o historiador, em sendas e em buscas muito diversas, pois a sua é a da técnica científica, enquanto que a de seus oponentes é a da crença mitológica.

Como previsto, o descontentamento veio, sobretudo de setores do clero. Embora tenha afirmado, na advertência à *História de Portugal*, que a discussão entre ele e os que buscariam em sua obra a narrativa do mito era inócua, Herculano remeteu uma missiva ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Guilherme Henriques de Carvalho (1793-1857) – a conhecida carta pública *Eu e o clero*, datada de 30 de Junho de 1850, da qual já transcrevemos um trecho. Depois, o historiador enviou algumas justificativas ao redator do jornal católico e ultramontano<sup>2</sup>, *A Nação*, em 25 de Julho do mesmo ano – intitulada *Considerações pacíficas sobre o opúsculo Eu e o clero – Carta ao Redactor do periódico – A Nação* – e uma missiva, de caráter privado, ao Padre Francisco Recreio (1800-1857), firmada a 08 de Outubro de 1850. Por fim, duas longuíssimas explicações a um intelectual absolutista e oficial do Exército de

---

<sup>2</sup> O Ultramontanismo foi extremamente combatido por Herculano em escritos como “Do Cristianismo” (1839-1843), publicados no semanário *O Panorama*, e em cartas, de 1876, a Bernardino de Barros Gomes (1839-1910), por exemplo. Consistia, *grosso modo*, em “um movimento que, em suma, tentou, após a laicização promovida pelas ideias Liberais e pela Revolução Francesa, retomar o poder papal como referência na Igreja em matéria dogmática, disciplinar e de fé. A expressão *ultramontano* é uma alusão à Roma que, na perspectiva do norte da Europa, está para além dos montes – os Alpes – e significou uma tentativa de reforçar a ortodoxia institucional católica” (Mendes, 2017, p. 24, grifo no original). Em outras palavras, de acordo com Cristian Santos (2014, p. 74): “Os ultramontanos desejavam reformar a Igreja, tornando-a absolutamente dependente das decisões emanadas do pontífice romano. Trata-se, de um modo genérico, de uma tentativa de romanizar as Igrejas locais”.

Portugal, António Lúcio Maggessi Tavares (1806-1877), – intituladas *Solemnia Verba* – são datadas, respectivamente, de 20 de Outubro e de 06 de Novembro de 1850: nelas, Herculano discorre, com muita erudição, sobre as suas opções ao escrever uma História e demonstra grande conhecimento acerca de autores da Patrística, isto é, os que sistematizaram a fé cristã nos primeiros séculos, como Santo Agostinho (354-430).

Averiguaremos, neste estudo, alguns trechos desses escritos de Herculano, mas dada a prolixidade e a densidade dessas produções epistolares, elegemos *Eu e o clero* e a carta ao Padre Recreio como as principais fontes de análise e, a partir delas, verificaremos o discurso empregado pelo historiador e como foram construídas as suas argumentações acerca da não existência do milagre em Ourique. Recordemos, por exemplo, a densidade e a erudição de *Solemnia verba*, obra que merece ser averiguada acuradamente em estudos vindouros. Também a mensagem ao redator de *A Nação* poderá ser analisada em outro trabalho, comparando a resposta de Herculano e o que fora publicado na edição do jornal ultramontano. Entretanto, já nas mensagens aos dois clérigos, poderemos verificar a versatilidade, a densidade e também o sarcasmo do autor, embora estejamos cientes de que, neste estudo, examinamos apenas os escritos do historiador, ou seja, apenas um dos “lados da moeda”, pois nem sempre é fácil encontrar os escritos dos interlocutores de Herculano.

Ao elegermos a averiguação das produções do historiador em plena polémica de Ourique, rendemos uma sincera homenagem, neste ano do centenário de seu nascimento, ao Prof. Dr. Eduardo Lourenço (1923-2020), que tanto pensou e produziu acerca dos mitos que Portugal criou sobre si: já no título deste trabalho há a menção a um dos textos de Lourenço, que será devidamente explorado na fundamentação crítica deste estudo. Além de Lourenço, recorreremos às informações de Ana Isabel Buescu para embasar as análises dos textos de Herculano.

Trataremos, primeiramente, do surgimento e da recorrência do mito de Ourique e, posteriormente, discorreremos sobre os escritos do historiador.

## I. O PORTUGAL OITOCENTISTA E A CRENÇA NO “ISRAEL CATÓLICO”

Já em 1839 e 1843, com publicações folhetinescas, em *O Panorama*, das narrativas históricas “O bispo negro (1130)” – depois, coligida em *Lendas e narrativas* (1851) – e *O bobo (1128)*, Alexandre Herculano

questionava as origens divinas do reino: nas ficções, o surgimento de Portugal se dá por múltiplas ações humanas. Contudo, talvez por estar descrito nas entrelinhas de um conto e de um romance, não houve agitação à volta das obras.

Em contrapartida, como já foi possível entrever, a Polêmica de Ourique, em 1850, não envolveu apenas Herculano e alguns setores eclesiásticos. Na verdade, teve a participação de jovens escritores de então, como Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) e Camilo Castelo Branco (1825-1890)<sup>3</sup>, sendo que o primeiro defendeu, mais abertamente, o historiador e o segundo tentou analisar o que Herculano escreveu ao Cardeal-Patriarca. Isso porque o mito de Ourique tinha, ainda, um grande significado nacional, conforme refere Eduardo Lourenço (1999, p. 90-91):

O nascimento de Portugal como Estado inscreve-se no movimento geral da Reconquista cristã sobre o Islão que só terminará com a conquista de Granada em 1492. Portugal é precisamente o primeiro reino da península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar desde os fins do século XIII até hoje a mesma tira estreita à beira do Atlântico [...].

Ainda hoje, olhando o mapa da península Ibérica, ocupado quase todo com a grande mancha da Espanha, custa a perceber como só o pequeno retângulo português se constituiu e, sobretudo, perseverou ao longo de oito séculos como uma nação politicamente independente. E com este estatuto, um dos mais antigos e coerentes Estados da Europa. Compreende-se mal que o pequeno reino de Portugal do século XII tenha resistido ao destino comum de todos os pequenos reinos da Ibéria, seus contemporâneos ou anteriores, como os reinos de Aragão, de Castela e Leão, ou do condado da Catalunha, incorporados com o tempo à “grande Espanha”.

A origem de Portugal, enquanto reino independente, conforme afirma Lourenço, deu-se no contexto da Reconquista cristã: um longo e complexo período, pois as fronteiras com os reinos muçulmanos do Sul

---

<sup>3</sup> É da autoria do então jovem escritor Camilo Castelo Branco o opúsculo *O clero e o Sr. Alexandre Herculano*, que fora veiculado em jornais de Lisboa e do Porto. Tal escrito “desvela também a importância que a imprensa exercia na sociedade do século XIX: as discussões públicas, normalmente, tinham como plenário os periódicos mais variados, mais ou menos como, atualmente, ocorre nas redes sociais da Internet, guardadas as devidas proporções, obviamente.” (Nery; Mendes, 2022, p. 63). Para aprofundamentos sobre os pontos de vista, externados no texto de Camilo Castelo Branco sobre os posicionamentos de Herculano, é possível consultar o estudo a que fazemos menção nesta nota.

variavam e eram interpenetradas pela presença de cristãos, por exemplo, de cultura e língua árabes – os moçárabes.

Todavia, também os reinos cristãos representavam ameaças a Portugal: a configuração da Espanha atual, *exempli gratia*, data do século XV, com a anexação paulatina de muitos reinos. Ainda assim a “faixa lusitana” permaneceu, mas não sem investidas históricas dos vizinhos católicos – recordemos a grande crise (1383-1385) iniciada sob o reinado de D. Fernando I (1345-1383) e continuada após a sua morte: as ofensivas de Castela em Lisboa e em outras localidades de Portugal, que culminaram na Batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385) entre portugueses e castelhanos e o período da União de Coroas (1580-1640). Em suma: a projeção da “sombra” do vizinho sempre causou desconfianças aos portugueses.

Para Lourenço (2016, p. 27, grifo no original), portanto, difundiu-se a ideia da existência portuguesa como um “milagre”:

o português teve sempre de se crer garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como *a mão de Deus*. Esta leitura popular do nosso destino colectivo exprime bem a relação histórica efectiva que mantemos connosco mesmos enquanto entidade nacional. Nela se reflecte a consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma protecção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projecto humano sem a flecha da esperança a orientá-lo.

Portugal estava, na sua gênese, de acordo com o teórico, cercado por reinos quase sempre hostis, quer muçulmanos, quer cristãos. Ocorre, com isso, a necessidade de uma justificativa que transcenda a lógica humana e, para tanto, há a mítica de que o reino existe por vontade de Deus e sustentado pelo divino: “uma espécie de *Israel católico*” (Lourenço, 1999, p. 10, grifo nosso), como subtitulamos esta seção. Ou seja, um novo “povo eleito”, sob uma aliança com o divino:

O singular no povo português é viver-se enquanto povo como existência miraculosa, objeto de uma particular predileção divina. [...]É como povo de Cristo e não meramente cristão [...]. De Ourique, onde [...] Cristo se mostra ao primeiro Rei de Portugal, até Fátima, a configuração simbólica do destino de Portugal como destino crístico condiciona não só a imagem do povo português como ator histórico, mas subdetermina a trama do imaginário nacional e a dramaturgia da cultura portuguesa no seu conjunto (Lourenço, 1999, p. 92).



Lourenço discorre sobre o quanto esses mitos e discursos, que denomina como “crísticos”, ou seja, de associação íntima ao termo “Cristo”, reaparecem no decorrer da História de Portugal: de Ourique, na fundação do reino medieval, aos relatos das três crianças que teriam visto a Virgem Maria sobre uma árvore azinheira, em Fátima, em 1917. Escolhemos essa expressão do estudioso para figurar no título deste trabalho, pois ela denomina muito concretamente o que representava o mito de Ourique para certa concepção nacional: “Cristo” não é um nome pessoal, mas um título: do grego, significa o “ungido”, isto é, o “escolhido”. Em outras palavras, Portugal seria esse reino preferido por Deus e com uma missão a ser exercida: isso esteve, por exemplo, fortemente ligado ao ideário de expansão ultramarina e colonização, pois difundia-se que os portugueses portavam a cruz – a fé – aos que não a conheciam. Igualmente, foi a causa de críticas de muitos intelectuais do século XIX, dentre as quais a mais célebre é a de Antero de Quental (1842-1891), em *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos* (1871).

Porém, quando surge o mito fundante? De primeira, essa indagação pode parecer contraditória e estúpida, pois poderíamos afirmar que nasce o mito fundante no momento da fundação do reino, mas isso não é tão simples. Ana Isabel Buescu (1993, p. 13) afirma que “O milagre de Ourique, fundamento ideológico de uma explicação multissecular da nacionalidade e do seu destino tem, também ele, uma história”. Exemplificando: a autora reputa a origem da lenda ao século XV, “não só porque todos os textos da ‘genealogia’ do milagre, até agora conhecidos, datam deste século, como num deles, a *Crónica de 1419*, estão patentes os elementos mais significativos para o ulterior desenvolvimento do episódio” (Buescu, 1993, p. 15). Em outras palavras: a própria origem da lenda é bastante posterior à batalha medieval.

Sabe-se, igualmente, que não foi Herculano que contestou, pela primeira vez, o mito de Ourique. Já no século XVIII, o padre oratoriano Luís António Verney (1713-1792) e o arquiteto Luís Nunes Tinoco (1642/43-1719) haviam refutado o milagre em seus estudos, mas sem gerar as polêmicas como nos oitocentos. A vitalidade do milagre de Ourique no século XIX pode ser explicada pelo seguinte contexto:

Em 1807 quando Junot, com a conivência da Espanha, invade Portugal, a Europa assiste a um espetáculo inédito: a família real portuguesa, protegida pela frota inglesa, embarca para o Brasil. [...] também o

Portugal metropolitano nunca mais seria o mesmo. Ocupado durante três anos, com intermitências, prometido a uma repartição entre a França, a Espanha e o rei de Portugal, o país experimentou-se então como um povo jogado aos dados. E não foi o governo de Beresford, general inglês, exercendo o poder em nome do rei ausente, que modificou o panorama. *Portugal estava em discussão na balança da Europa* / [...] os portugueses, [...] em 1820 levam a cabo a Revolução Liberal (Lourenço, 1999, p. 105, grifo nosso).

O que Loureço sumariza é a situação complexa em que o reino se encontra desde o princípio do século XIX: “Portugal é, de 1808 a 1820, um país invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do estrangeiro” (Lourenço, 2016, p. 104). As invasões napoleônicas (1807) levaram a família real e a corte à fuga para o Brasil e D. João VI (1767-1826) só retornaria para Lisboa após a Revolução Liberal – também denominada como *Vintismo*. O reino esteve, como bem propõe o estudioso, em vias de se dissolver: “em discussão na balança europeia”. A estabilidade, mesmo com o regresso do rei, estaria longe de se estabelecer, pois houve inúmeras tentativas de golpes por parte dos defensores do Antigo Regime, encabeçados, sobretudo, por D. Carlota Joaquina (1775-1830) e pelo infante D. Miguel (1801-1866). Além de que, com a morte do rei, nasceu uma disputa entre os irmãos D. Pedro (1798-1834) e D. Miguel: uma querela por modelos de governança, pois o primeiro era um Liberal e o segundo era partidário do Absolutismo. Essa disputa culminaria na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), com a vitória final dos Liberais, dos quais Herculano era partidário.

Esse contexto de fragilização nos permite compreender os motivos de o milagre de Ourique, de origem tão longínqua, ainda fazer sentido no Portugal oitocentista: acontecia a revisitação do significado da “particular garantia ‘divina’” (Lourenço, 1999, p. 51) dada pelo mito das origens e, igualmente, um conflito com a narrativa racional proposta por Herculano em *História de Portugal*. Por isso, inflamam-se os discursos dos defensores e dos contestadores do mito:

essa autoconsciência dramática que o século XIX português tem de si mesmo, como presente diminuído à espera de redenção, dilacerado entre as exigências de um utilitarismo de importação e a informe esperança de uma “regeneração” que, precisamente, só sob essa forma utilitária se manifestará (Lourenço, 1999, p. 51).

É um paradoxo vivido em Portugal: de um lado, a tentação de se recorrer a uma origem milagrosa e legendária, como solução das crises. Do outro, o *utilitarismo de importação*, nas palavras de Lourenço, ou externadas por Herculano, na advertência à *História de Portugal*, que já transcrevemos neste estudo: era melhor, segundo o historiador oitocentista, repensar a narrativa das origens ou os outros (os estrangeiros) fariam isso. Além do que, o mito, por si, não resolveria a crise profunda.

Conhecendo, pois, o significado da narrativa de Ourique, imputada à Idade Média, no século XIX, passemos às contestações de Alexandre Herculano sobre ela.

## II. AS MISSIVAS DE ALEXANDRE HERCULANO SOBRE O MITO DE OURIQUE

Na nota final ao romance histórico, *O Monge de Cister*, publicado, em tomos, em 1848, ou seja, antes mesmo da polêmica de Ourique, Herculano (19-- , p. 372-373, grifos no original) queixa-se:

A cruz que o Senhor lhe impôs [ao historiador] foi a monomania de escrever a história desta terra com lealdade e consciência. Para isso, entendeu ele que era necessário estudar e meditar muito, e durante mais de três anos, entregue à realização desse pensamento, guardou um silêncio literário raras vezes interrompido. Quando supôs que era tempo de provocar o julgamento dos esforços que fizera, disse ao seu país: – “Eis aqui um modesto *specimen* do método que eu creio dever seguir-se ao escrever a tua história.”

Foi, porém, então que os seus ombros tiveram de vergar sob o peso da cruz que tomara. [...] Acusavam-no, caluniavam-no santamente, chamavam-lhe maniqueu, iconoclasta, luterano; proclamavam-no traidor à pátria.

Vejamos como o autor compara o seu trabalho – que reputa como muito árduo – ao do Cristo que carrega a cruz. Também afirma que fora adjetivado por vários títulos, os quais, para a época seriam comparados ao de um “maldito” ou “herege”. Transcrevemos tal excerto a fim de verificarmos como as questões com a publicação de *História de Portugal* renderam muitos dissabores ao escritor, a ponto de as queixas serem encontradas em diferentes registros.

Além disso, em 1876, isto é, 26 anos após a polêmica de Ourique, Herculano reúne as suas ponderações públicas sobre o mito e as reedita em *Opúsculos III: controvérsias e estudos históricos* (tomo I), sob a seção

denominada “A Batalha de Ourique”. Dos textos que já mencionamos sobre as contestações do autor sobre o milagre, apenas a carta ao padre Recreio não foi coligida ao volume dos opúsculos – talvez por ser uma correspondência privada.

Na advertência aos textos reunidos em tomo, Herculano declara que a polêmica foi gerada porque o seu estudo científico “contrariava os intuítos de uma parcialidade e as preocupações dos espíritos vulgares, que constituem o grande número” (Herculano, 1876, p. VI).

Pensemos, no entanto, como os escritos ganham a atenção do autor ao serem reeditados: se os quisesse para o esquecimento, Herculano não os teria, em vida, trazido novamente a lume. Podemos conjecturar, dessa maneira, que o autor os enxergava com certa atualidade, mesmo depois de duas décadas, tanto que propõe, ainda, na mesma advertência:

Estava, porém, então naquela época da vida em que a paciência cristã não é a virtude mais vulgar do homem. O leitor ajuizará se os prelados portugueses foram ou não imprudentes em tolerarem ou talvez favorecerem aquelas ineptas e brutais manifestações da ignorância e do interesse ferido (Herculano, 1876, p. VII).

Embora o autor conclame o público ao julgamento, não deixa de se defender e de imputar aos seus opositores – alguns setores do clero – a ignorância, o interesse ferido e a inaptidão. Sobre os bispos (pois, indiretamente, *Eu e o clero* não é remetida apenas ao arcebispo de Lisboa), Herculano afirma que houve alguma conivência com os seus subordinados ou até o incentivo a eles. Chama-nos a atenção, contudo, a um adjetivo empregado pelo autor: eram “brutais” as manifestações de seus oponentes, segundo afirma. Advoga, portanto, a crueldade com a qual foi atacado, a fim de diminuir, provavelmente, a intensidade de seus discursos – respondia, de acordo com o que declara, aos ataques. Ademais, guia o leitor, talvez desavisado, para o escrito que contém justificativa de suas produções – obviamente, a partir do seu ponto de vista: “Na carta ao patriarca de Lisboa, com a qual este volume começa, está a resumida notícia das agressões de que fui alvo e que por algum tempo suportei com resignação ou indiferença” (Herculano, 1876, p. VII).

Possivelmente, essa seja uma característica muito singular de Herculano, sobretudo quando revolve os seus textos depois de um tempo: cioso, o autor preza pelo cuidado argumentativo, evitando possíveis lacunas



[...] Enquanto os eclesiásticos virtuosos e instruídos choram em silêncio a vergonha da sua classe, e enquanto os prelados dormem tranquilos nas cadeiras episcopais, Deus salve a igreja portuguesa dos tristes dias de tempestade! (Herculano, 1850, p. 6; 23).

Em suma, o tom afirmativo dispensado ao clero por Herculano não nega a presença de homens honestos e ilustrados pertencentes a essa classe, mas também nos dá notícias de um não arrependimento do autor no uso de palavras duras, quando se refere à correspondência dirigida ao Patriarca de Lisboa. Vejamos como o historiador, em *Solemnia Verba*, sublinha a omissão dos prelados de Portugal: eles são retratados como figuras adormecidas em um grande símbolo da autoridade episcopal: as suas “cadeiras” – ou seja, as cátedras, que representam o ensino: um *munus* dos bispos. Em outras palavras: também eles não são poupados, pois desconhecem as suas funções ou não as exercem. Enquanto isso, os clérigos honestos se lamentam sem poder fazer muito e a Igreja, em Portugal, vive dias de tempestade – conhecendo a profunda cultura religiosa de Herculano, podemos inferir, se quisermos, que há aqui uma remissão ao texto do Evangelho (Marcos 4,35-41), quando a barca, uma das representações alegóricas mais recorrentes da Igreja, é agitada por uma tempestade.

Ainda sobre o clero, pensemos em outra missiva pública do escritor, encaminhada ao redator do periódico *A Nação*, na qual Herculano não abrandava o tom irônico e firme. Nas *Considerações Pacíficas sobre o opúsculo Eu e o Clero*, o autor declara que não sentia culpa pelas severas palavras dirigidas ao arcebispo de Lisboa:

A necessidade de reprimir o abuso do ministério do púlpito, que contra mim se estava praticando, obrigou-me a dirigir a S. Em.<sup>a</sup> o Patriarca de Lisboa uma carta, na qual, sem faltar a consideração devida ao prelado da diocese, nem aos outros bispos do reino, entendi que cumpria usar de uma linguagem severa, mas justa, para com a maioria do clero. [...] não soube nem quis buscar rodeios, ou adoçar as frases para exprimir de um modo menos áspero [...] não só meu carácter literário, mas também, [...] o meu carácter moral.

[...] Continuando, porém, a tratar de uma questão, V. S.<sup>a</sup> teve a bondade de dirigir-me algumas observações, que me pareceu exigiam de mim explicações, como cristão e como homem de letras.

[...] Diz V. S.<sup>a</sup> que me era lícito colocar-me em antagonismo com um ou outro clérigo, porém não com o clero em geral [...]. Antes de tudo é necessário observar duas cousas: 1.<sup>o</sup> que o antagonismo não o criei eu: resultou de factos praticados pelo clero, que eu tolerei com paciência

durante anos [...] 2.<sup>o</sup> que é pelo opúsculo, e não pelo seu título, que se há de avaliar até onde esse antagonismo vai, e se ele é legítimo. Não aparece uma única passagem da minha carta em que eu me refira com frases hostis a *todo* o clero português. Os homens que há no meio dele ilustrados e virtuosos, respeito-os; respeito-os duplicadamente pela sua ilustração e pelas suas virtudes; pelo seu carácter literário, e pelo seu carácter sacerdotal. Esses não sobem aos púlpitos a dizer despropósitos; não me querem mal, nem a mim, nem aos meus pobres escritos. Ao que eu me contrapus foi às turbas tonsuradas; foi à maioria material e numérica; minoria nos domínios da intelectualidade das ideias e dos puros e nobres afectos. Faria uma ofensa gratuita; praticaria uma brutalidade indesculpável; estaria em contradição comigo mesmo, com as minhas opiniões, se assim, sem motivo, sem provocação, tivesse o propósito de maltratar aquela outra parte do clero.

[...] Quanto a esses de quem me queixo, não sou eu homem que esconda as próprias convicções. [...] Estou persuadido de que a maioria do nosso clero é tal como eu a qualifiquei [...] não é tergiverso, não me arrependo (Herculano, 1850, p. 3-6, grifos no original).

Novamente, o trecho da outra correspondência de Herculano, dessa vez ao redator de *A Nação*, é bastante esclarecedor a respeito da não generalização de concepções sobre o clero. O historiador se apresenta, na carta, como cristão, mas não deixa de tecer duras críticas aos religiosos: não há como negar que os comentários de Herculano são extremamente anticlericais. O escritor declara abertamente que a grande maioria do clero é ignorante e mal formada; expõe as “turbas tonsuradas” que são, em suas palavras, “maioria material e numérica”, porém não generaliza e explica isso ao redator, quase que convidando-o a (re)ler *Eu e o clero*, quando manifesta que o opúsculo deveria ser interpretado pelo seu teor completo e não simplesmente pelo seu título.

Resta, no entanto, uma dúvida: como pode ser um cristão, como se autodenomina Herculano na missiva, tão anticlerical? Como bem afirma Cristian Santos (2014, p. 58), não podemos confundir o anticlericalismo com ateísmo: “A confusão semântica entre anticlericalismo e ateísmo é recorrente. Vozes deladoras de desvios eclesiásticos [...] são comumente apontadas como práticas conspiradoras de cunho ateu.”. E prossegue Luís Machado de Abreu, em seus *Ensaio anticlericais*, explicando a complexidade que a expressão pode abarcar:

Sendo por natureza um vocábulo que comporta sentido de oposição, o anticlericalismo define-se pelo sentimento de distância e confronto, que se instala entre quem o assume e a realidade do clericalismo, vista como elemento integrante da instituição cristã e, sobretudo, católica. Dir-se-á, pois, que é uma disposição geradora de comportamentos típicos de quem, sabendo-se participante nos ideais exigentes do Evangelho, se situa fora do campo dos valores eclesiais e em conflito declarado com eles. [...] a expressão *anticlericalismo interior* [...] insere as disposições e comportamentos próprios do anticlericalismo dentro do próprio campo das instituições da Igreja. Pode exprimir de diferentes maneiras o desagrado e até hostilidade dos cristãos sem ordens sacras, mas membros do povo de Deus, contra procedimentos de figuras do clero, tanto secular como regular. É no seio da comunidade dos batizados, no exercício do chamado sacerdócio real dos fiéis, que se formam as contestações da mais variada natureza aos elementos da hierarquia eclesial e das ordens e congregações religiosas, tendo em vista principalmente a correção de abusos e o aperfeiçoamento da existência e espiritualidade cristãs.

Este anticlericalismo [...] comporta uma dinâmica profética e mística que se revela inconformada com os padrões de vida eclesial vigentes no seio da comunidade, por considerar que são excessivamente terrenos, decalcados do que existe de mais oportunista e acomodatório. Por isso, propõe-se modificá-los, instaurando através da denúncia e da crítica as bases que devem fundar uma visão renovada da vida e organização das comunidades cristãs (Abreu, 2004, p. 26, grifos no original).

Com base nessas informações de Abreu, fica evidente que a expressão “anticlerical” pode não representar apenas as manifestações antirreligiosas, mas também de crentes, que reivindicam o direito de se pronunciar, pelo seu estado de batizados e, portanto, estado de membros do “corpo eclesial”. Eles visam a depuração das usanças e dos abusos clericais: a partir disso, podemos também refletir como o discurso de Herculano está repleto desse desejo de renovação ao denunciar a ignorância dos padres. Presume-se que o historiador deseje um clero bem esclarecido e ao referir a inanição dos bispos, por exemplo, é possível afirmar que o autor chame a atenção para as funções episcopais, nem sempre cumpridas pelos que as detêm. Portanto, não é um comportamento contraditório do escritor.

Pensando, ainda, na mesma questão anticlerical, verifiquemos a mensagem, sobre a mesma polêmica, destinada ao padre Recreio. Nela, Herculano muda completamente o tom e o estilo da escrita. A carta é assinada pelo escritor como “Ex-romântico, ex-historiador, e ex-tudo, filho



espiritual” (Herculano, 19-- , p. 153) e identificada como escrita “Por um moribundo” (Herculano, 19-- , p. 139). O padre é referido com o uso do vocativo “Muito reverendo padre-mestre” (Herculano, 19-- , p. 139), como se o autor fosse um noviço a ser formado moral e espiritualmente:

É com a mão trémula de moribundo, que pego numa folha de *paciente* papel para escrever a V. Reverendíssima esta carta, onde V. R. facilmente enxergará as lágrimas esbranquiçando a espaços a pretidão da tinta, e onde, com aquela fineza de intrujimento que Deus lhe concedeu, e de que tantas provas tem dado nos seus volumosos escritos, achará, no anguloso e emperrado da letra, a prova da laxidão mortal que entibia os músculos da mão que a traçou, ou, antes, esgaratujou. V. R. matou-me: cometeu um romancicídio! Mas não se assuste V. R. com isso. Sou eu o primeiro que me dou por muito bem morto. Que é esta vida senão um ponto entre duas eternidades? Que importam sessenta, quarenta ou vinte anos de mais ou de menos neste vale de lágrimas, onde as dores são tão acerbadas, os tédios tão importunos, os prazeres tão fugazes, e os *recreios* tão semsaborões e parvos? Matou-me V. R., e fez muito bem. Matou-me o corpo; mas salvou-me o espírito. Desmascarou-me a ignorância, pôs-me ao olho do sol a impiedade, safou-me dos interstícios do coração a índole revolucionária [...]. Apoleado, com os ossos estourados no potro, semelhante, em suma, a um judeu bem rico, chamado ao evangélico e suave retiro da santa inquisição, de saudosa memória, aqui fiquei estatelado, embalsamado num lençol de vinho pelos golpes do mangual dialéctico de V. R. Na terra, não me deixou V. R. esperança de salvação (Herculano, 19-- , p. 139-140, grifos no original).

O que parecia ser uma carta que destoava completamente dos tons das missivas anteriores sobre o milagre de Ourique e sobre o clero português é, na verdade, um disparar irônico e refinado de Herculano ao padre Francisco Recreio e isso percebemos desde a maneira como assina, bem como por pequenas minúcias linguísticas e gráficas, já que a correspondência traz trechos que, se lidos de maneira descontextualizada, podem dar a impressão de que Herculano realmente estava arrependido do que havia escrito em *Eu e o clero* e passava a crer no mito fundante do reino.

No trecho, que começa em tom lamurioso, logo percebemos que o autor empregou o termo “intrujimento” – substantivo advindo do verbo “intrujar” –, que significa “intrometer-se” para tirar proveito de algo ou mesmo “ludibriar”. E, ainda mais, Herculano declara que tal atitude, muito perceptível nos escritos do clérigo, foi concedida ao padre por Deus, talvez

como um dom. O historiador adiciona ao acento lamurioso da correspondência a já referida expressão irônica, que muda todo sentido do que, muitas vezes, literalmente afirmará ao clérigo no decorrer da carta.

Há ainda, no mesmo trecho, no grifo do autor à palavra *recreios*, um jogo semântico em trocadilho com o nome do destinatário. O escritor afirma que foi, figuradamente, morto pelo padre e que nada na vida mais lhe fazia sentido, pois são muitos os sofrimentos e os tédios “neste vale de lágrimas” – em nítida intertextualidade com a oração da *Salve, Rainha* – e muito efêmeras as alegrias da existência, bem como os *recreios* são insípidos e parvos – o que, pelo contexto da escrita e pelo grifo proposital do autor, nos oferecem uma dupla interpretação, tanto como diversões quanto associado ao sobrenome do padre, definindo-o, nas entrelinhas, como enfadonho e tolo.

Todavia, chama-nos a atenção, no excerto da carta, outra comparação irônica: a de que o religioso salvou espiritualmente o autor e o libertou da ignorância por meio de um discurso a golpes de “mangual” – instrumento utilizado para malhar cereais ou para açoiar animais. Herculano ainda alega que se sentia “apoleado” como “um judeu bem rico chamado ao suave e evangélico retiro da santa Inquisição, de saudosa memória”. O termo apoleado faz referência a um instrumento de tortura utilizado pelo Santo Ofício e que consistia numa roldana (polia) presa ao teto, na qual o suspeito era suspenso com pesos amarrados aos pés. Também há ironia na missiva quando o autor apresenta a Inquisição como tribunal suave, seguidor do Evangelho, retiro de paz e invoca o foro eclesiástico como uma instituição santa: não é uma referência ingênua, pois era um assunto na “ordem do dia” do século XIX. Primeiramente, porque o Santo Ofício só deixou de existir oficialmente, em Portugal, em 1821, após a Revolução Liberal – ressaltamos, sobre isso, o emprego da expressão “de saudosa memória”: a partir disso, Herculano faz transparecer que o seu interlocutor, talvez, sentisse falta da extinta instituição. Em segundo lugar, porque as nações da Península Ibérica eram constantemente acusadas de atrasos por abrigarem por tanto tempo a Inquisição. Por último, porque a Inquisição foi interpretada, em *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, por exemplo, como um braço potente do Antigo Regime, a ser superado, como também propõe José Augusto-França (1975, p. 85-86, grifo do autor):

A civilização. Esta ideia, ou pelo menos esta palavra-chave nascida do Iluminismo, será muito utilizada por estes portugueses inspirados pela Revolução. [...] Tal era o objetivo da liberdade, que se oporia aos “três

is malditos” do governo absolutista: “Ignorância, Infidelidade e Inquisição”.<sup>4</sup>

Ainda sobre o Santo Ofício: outra expressão permeada de significado é a comparação de si com um judeu muito rico. Em *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, o historiador relatará, por exemplo, que as questões econômicas levaram muitos judeus à perseguição inquisitorial e que também o tribunal lucrava com elas: chega a denominar os portugueses de origem semítica como “mártires da sua fé” (Herculano, 1907, p. 79, grifos nossos). Em suma: em poucas expressões, na carta ao padre Recreio, é possível entrever importantes denúncias.

O tom de ironia prossegue, na mesma correspondência, quando Herculano afirma que de todas as suas obras, as únicas que, infelizmente, perdurariam, seriam as cartas ao Cardeal-Patriarca de Lisboa e ao redator de *A Nação*:

Vejo, vejo o nada, a vaidade, a vergonha da minha vida literária. De todos os meus deploráveis escritos nem um só me sobreviverá, senão os opúsculos *Eu e o clero* e *Considerações Pacíficas*, contra os quais V. R. acaba de esgotar o vocabulário dos impropérios com uma paciência e modéstia apostólicas. [...] Mas, ai, quão triste perspectiva essa! São dous postes entre os quais o nome do autor dos ominosos opúsculos, epitetado (palavra se não portuguesa, ao menos inventada com muitíssima graça por V. R.) com as mais injuriosas qualificações, passará à posteridade em monumento perene de grandes crimes e da tremenda justiça de V.R. É necessária toda a atrição e contrição, de que estou revestido depois que V.R. me iluminou o entendimento, para não cair em desesperação fatal (Herculano, 19-- , p. 140-141).

O autor, mais uma vez, afirma literalmente uma coisa para significar outra: ele declara que o sacerdote já havia esgotado termos de impropérios contra as duas missivas anteriores de Herculano. Mas as injúrias do clérigo são definidas pelo escritor como pacientes, modestas e verdadeiramente apostólicas. O humor ferino do autor também permite zombar da possível inexistência de uma palavra grifada no trecho – “epitetado” – referida, pelo autor, como utilizada pelo padre em algum

---

<sup>4</sup> Tradução nossa do francês: “La Civilisation. Cette idée, ou au moins ce mot-clé enfanté par les Lumières va être très souvent employé par ces Potugais que la Révolution inspirait. [...] Tel était le but de la liberté qui devait s’opposer aux ‘trois i maudits’ du gouvernement absolu: ‘Ignorance, Infidélité et Inquisición’”.

escrito. Ora, caçoar da inabilidade de um interlocutor em questões de escrita é uma maneira de expor a ignorância do oponente, tornando-a risível por alguma expressão errônea ou mal empregada.

Retornando, porém, à missiva do escritor ao Cardeal-Patriarca, podemos observar que o seu anticlericalismo merece ser estudado com maior cautela, pois Herculano nem sempre compartilhava de todos os ideais do Liberalismo, mas também, como estamos verificando, não aceitava tudo o que provinha da instituição religiosa:

Tem o clero a combater em mim um inveterado e perigoso inimigo? [...] Ha quinze anos que trabalho na imprensa [...]. De roda de mim jaziam os fragmentos da sociedade que fora, e no meio deles o clero, disperso, empobrecido, coberto de afrontas, experimentava as conseqüências do predomínio de um partido adverso e irritado. A situação da igreja portuguesa nessa época, e sobretudo a situação dos regulares, sabemos todos qual era. [...] Nem uma voz amiga se alevantava nesta terra de Portugal a favor da igreja batida pela tempestade. [...] Na imprensa liberal, revolucionária, ímpia, como quiserem chamar-lhe, eu, só eu, tive por muito tempo palavras de afeição e consolo para a desgraça: só eu tive ânimo para acusar os homens do meu partido de espoliadores e de insensatos [...]. A voz que do campo do progresso saudava o templo enlutado e deserto era débil, mas sincera: a mão que se estendia para amparar o sacerdote curvado sob o peso da agonia era bem pouco robusta, mas era bem leal! [...] reconhecia a possibilidade de haver um homem das novas ideias que não fosse absolutamente malvado (Herculano, 1850, p. 18-19).

O autor recorda, em *Eu e o clero*, que defendeu, em Portugal, os religiosos expulsos dos conventos e mosteiros pelo decreto liberal de extinção das Ordens Regulares, quando nenhuma outra voz na imprensa ousou fazê-lo – a cobrança de Herculano se refere ao opúsculo “Os egressos”, de 1842, no qual o historiador denunciou os abusos dos liberais contra os religiosos. Vale recordar que, mesmo após a polêmica de Ourique, o escritor redigirá outra denúncia, intitulada “As freiras de Lorzão”, em 1853, e dirigida a António de Serpa Pimentel (1825-1900). Nela, Herculano manifesta os horrores que presenciou, no Mosteiro de Lorzão, ao ver as monjas passarem fome. Ele relata a falta de humanidade do governo liberal e torna pública a situação deplorável dentro dos muros

da clausura<sup>5</sup>. Em outras palavras, vejamos como é complexo o anticlericalismo do historiador, pois não é um mero sentimento de irritação ou de antipatia pelo clero. Contudo, há uma grande recorrência em seus escritos: a queixa contra a ignorância eclesiástica.

A título de ilustração, o historiador afirma, em *Eu e o clero*, que seu nome foi desmoralizado em muitos sermões e que só tomou conhecimento por terceiros do que se afirmava de si:

Creio que V. Em.<sup>a</sup> me faz a justiça de acreditar que não me deleito excessivamente em ir ouvir maus sermões de há sessenta anos, ou traduções detestáveis de fragmentos de sermonários franceses, declamadas, ou antes carpidas em tom ainda mais detestável. [...] Salvo em raríssimos casos, não haveria forças que pudessem arrastar-me a assistir aos partos da oratória, que, por irrisão sacrílega, se denomina sagrada (Herculano, 1850, p. 7).

Uma vez mais, Herculano chama a atenção para aquilo que seja uma das primeiras tarefas de um padre: a pregação. No entanto, o historiador afirma que falta tudo a elas. Primeiramente, falta a originalidade, pois são, de acordo com o autor, cópias mal traduzidas do francês – se reduzirmos sessenta do ano da veiculação de *Eu e o clero* teremos a data de 1790: o historiador refere, portanto, que o clero lusitano ainda se vale da reação contra a Revolução Francesa (1789). Ou seja, completamente desatualizado e desatento ao próprio contexto. Depois, Herculano reclama da falta de expressão desses sermões: são “carpidos”, isto é, “chorados” ou, se quisermos, “esperneados”. Isso também pode ser lido como uma denúncia contra o despreparo do clero. Logo, ao afirmar que não vê os sermões e soube por outros dos impropérios que lhe diziam os padres, o escritor conclama o clero – na pessoa do arcebispo e, igualmente, de outros bispos – a uma mudança de comportamento.

Levando em consideração todos esses discursos dirigidos ao clero e que visam uma nítida depuração, regressemos à missiva ao padre Recreio.

---

<sup>5</sup> Ambos os textos de denúncia contra as agressões sofridas pelos religiosos – “Os egressos” e “As freiras de Lorvão” – estão coligidos em *Opúsculos I: questões públicas*. Reforçamos, portanto, que “Os apelos de um liberal anticlerical por frades e freiras caídos em miséria não são contraditórios com os posicionamentos em outras produções: ao contrário, reforçam a coragem de Herculano em chamar a atenção contra os atentados à dignidade e à individualidade de seres humanos, num período de intensa militância contra os membros da clerezia” (Mendes, 2020, p. 134). Em outras palavras: o atentado contra as liberdades individuais e os valores humanos feriam muito os ideais do Liberalismo e o historiador esteve atento a eles.



clérigo houve, em novembro de 1850, duas outras longas correspondências endereçadas ao oficial Maggessi Tavares, nas quais o escritor reafirma a convicção em sua forma de produzir estudos historiográficos e detalha sobre como suas investigações eram levadas a cabo.

No trecho da mensagem a Recreio, Herculano utiliza-se de referenciais bíblicos, comparando-se, por exemplo, à imagem popular de Maria Magdalena, arrependida e pranteando os seus pecados e, novamente, brinca com o que seria uma palavra estranha à língua, mas coloca nas mãos de Recreio – ironicamente, denominando-o como muito versado em questões de escrita – o poder de decisão se o escritor seria uma Magdalena “macha” ou “macho”. Também o autor utiliza de outro tema caro à Igreja, sobretudo em discursos oficiais da instituição que descrevem as funções eclesásticas, para satirizar a figura de Recreio: o pastor e as suas ovelhas. O mote bíblico (Lucas 15,1-7; João 10,14-18) ilustra o padre reconduzindo a “ovelha desgarrada” ao aprisco, sendo a ovelha, obviamente, o próprio escritor, que se desviara.

Da mesma forma, o desejo relatado na carta, de encontrar o padre Recreio, de prostrar-se aos seus pés, de confessar-lhe os seus pecados e de receber a absolvição, nada mais é do que uma grande zombaria para afirmar que, na realidade, os chamados “severos escritos” do clérigo não o haviam redimido do suposto erro, ou seja, o trabalho de Francisco Recreio, não produziram frutos: pelo menos não da maneira esperada pelo sacerdote. Mas e os elogios ao padre? Bondade, humildade, sabedoria e abnegação que o fazem um “verdadeiro ministro do Deus da paz e da misericórdia” e que também são traduzidos em seus “doutos” escritos e em “milagres operados”, como os de Ourique. Todos esses louvores, efetivamente, são incisivas ironias: percebe-se isso, por exemplo, quando Herculano reclama não haver ainda mais milagres – o século XIX foi profícuo na divulgação das aparições de Lourdes e La Salette, em França, e em propagação de objetos religiosos ditos milagrosos. Sobre isso, a título de ilustração, o autor discorre nas cartas a Barros Gomes (1839-1910)<sup>6</sup>, um ano antes de sua morte.

Sobre os atributos de Recreio, na verdade, eram o que o padre não era, na opinião do escritor. Os tons lamuriosos e repetidos revelam a maneira zombeteira que o autor empregou para contestar tal clérigo. Nesse caso, é interessante pensar em como o autor sabia modificar o seu discurso para direcionar a cada público ou a cada interlocutor as suas

---

<sup>6</sup> Coligidas em *Cartas 1*.

argumentações por meio de diferentes construções textuais: com o Patriarca de Lisboa, é severo, mas, ao mesmo tempo respeitoso em suas colocações; com Maggessi Tavares, utiliza um discurso demorado, douto, citando inúmeros autores para justificar a sua concepção sobre a historiografia, chegando, inclusive a declarar: “Por mais opostas que sejam em tantas cousas as nossas doutrinas, a contenda pacífica com um homem honesto, cortês e instruído, era-me sumamente agradável” (Herculano, 1850, p. 68); já com Recreio, utiliza-se de uma incisiva ironia.

## CONCLUSÃO

A preocupação de Alexandre Herculano em recontar a História desta “gente da extrema Europa, ibérica, católica” (Lourenço, 1999, p. 9) é uma real atenção com o mundo em que vivia: também as outras nações conheceram, no mesmo período, por exemplo, a cientificidade e a ficcionalização da História. Herculano importou para Portugal essas duas formas: a História científica e o romance histórico, porém, além disso, deu “cor local” a todas as duas.

Assertivamente, Eduardo Lourenço (1999, p. 59)) declara que “Os românticos [como Herculano] não viajam em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente”. Ou seja: não era um mero saudosismo do historiador oitocentista a revisitação de momentos-chave do contexto português, pela historiografia ou pela ficção. Era, sobretudo, uma forma de pensar o *seu* presente para além de clichês como “estudar o passado para não repetir os erros”. Como vimos, para Herculano, era preciso colocar Portugal no “século XIX” e, por isso, voltou-se aos momentos fundantes, a fim de pensar a sua gênese, sob uma ótica racional e exorcizar os mitos da “transcendente mão que através dos tempos nos sustenta” (Lourenço, 1999, p. 51), pois essa “unção, por assim dizer, mística” (Lourenço, 1999, p. 44) era uma lenda e como tal deveria ser entendida. Porém, para reerguer Portugal, as narrativas de milagres fundantes não bastavam.

Entretanto, a polêmica de Ourique, da qual analisamos neste estudo apenas alguns trechos dos escritos de Herculano – todos muito elaborados e cuidadosos em argumentação –, dá ideia de algo que nem sempre levamos em consideração: também houve muita reação juntamente e após a “Era das Revoluções”. Igualmente, pudemos descortinar um Herculano que sabia modular o discurso aos seus interlocutores e, por vezes, muito irônico, o que nem sempre é explorado pela fortuna crítica,



cristalizada sobre um autor sisudo e grave. Por fim, averiguamos como o discurso anticlerical nem sempre é, igualmente, antirreligioso: frequentemente, prevê, inclusive, o aperfeiçoamento e a correção dos membros da clerezia, porque é crente.

Ademais, os textos de Herculano, em meio à polêmica de Ourique, devem nos levar à reflexão sobre os discursos messiânicos de outrora e os que estão em curso nos nossos dias, sem cairmos, obviamente, em anacronismos. A frequente negação da ciência, no século XIX português, deve também nos provocar a pensar sobre a negação científica no século XXI. O discurso de ódio às Artes e à intelectualidade, por vezes oriundo dos púlpitos, deve nos suscitar escolhas: como as de Herculano, elas podem custar caro.

Para além de uma homenagem a Eduardo Lourenço, este estudo é, também, um tributo àqueles que, em todas as áreas do conhecimento, labutam todos os dias contra o negacionismo, contra o ódio à existência de alguns grupos e contra os messianismos. Que os mitos sejam reconhecidos com o valor que possuem: míticos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Luís Machado de. *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma, 2004.
- BUESCU, Ana Isabel. Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino. In: CENTENO, Yvette Kace. *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamanca, 1993, p. 9-50.
- FRANÇA, José-Augusto. *Le Romantisme au Portugal: Étude de Faits Socio-culturels*. Paris: Éditions Klincksieck, 1975.
- HERCULANO, Alexandre. *Considerações pacíficas sobre o opúsculo eu e o clero: carta ao redactor do periódico: A Nação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.
- HERCULANO, Alexandre. *Eu e o clero: carta ao Em.<sup>o</sup> Cardeal-Patriarca*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.
- HERCULANO, Alexandre. *Solemnia Verba – Cartas ao Senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.
- HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos III: controvérsias e estudos históricos (Tomo I)*. Lisboa: Viúva Bertrand & Cia, 1876.
- HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal: Tomo I*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1907.
- HERCULANO, Alexandre. *Cartas 1*. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: Tomo I*. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. *O Monge de Cister ou a época de D. João I: Tomos I e II*. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos I: questões públicas*. Lisboa: Bertrand, 19--.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2016.

MENDES, Eduardo Soczek. *Alexandre Herculano, entre o presbítero e o monge: o (anti)clericalismo e as personagens religiosas em Monasticon (Eurico, o presbítero e O Monge de Cistér)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49574>. Acesso em: 17 jun. 2024.


MENDES, Eduardo Soczek. “Dos ‘bons tempos’ à ‘última era dos mártires’: as petições de Alexandre Herculano em favor dos frades e das freiras”. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, 2º série*, Lisboa, v. 1, n.14, p. 119-136, Julho-Dezembro 2020. Disponível em: <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/article/view/95/69>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NERY, Antonio Augusto; MENDES, Eduardo Soczek. “Camilo Castelo Branco, ‘O clero e o Sr. Alexandre Herculano’”. *Olho d’água*, São José do Rio Preto, v. 14, n. 2, p. 41-66, Jul-Dez 2022. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/947>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, Cristian José Oliveira. *Devotos e Devassos: Representação dos Padres e Beatas na Literatura Anticlerical Brasileira*. São Paulo: EdUSP, 2014.

Recebido em 22 de fevereiro de 2023


Aprovado em 21 de agosto de 2023

Licença: 

Eduardo Soczek Mendes

Licenciado em Letras (Português), Mestre e Doutor em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná. Vinculado, como pesquisador, ao Centro de Estudos Portugueses - Cátedra Camões - José Saramago da referida instituição.

Contato: [edu.soczek@gmail.com](mailto:edu.soczek@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-0554-5750>